



FÓRUM DE DIALOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL

Declaração de Brasília

6 de junho de 2003

1. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma e da Índia, Yashwant Sinha, reuniram-se em Brasília, a 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em Evian.
2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul.
3. Os Chanceleres de Brasil, África do Sul e Índia consideraram, em especial, a importância do respeito às regras do Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte Brasil, Índia e África do Sul.
4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de aumentar a eficiência da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
5. Assinalaram que novas ameaças à segurança - tais como o terrorismo, em todas suas formas e manifestações, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima - devem ser enfrentadas por meio de uma cooperação internacional eficaz, articulada e solidária, nas organizações competentes e com base no respeito à soberania dos Estados e ao Direito Internacional.

6. Os Ministros destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Recordaram que a superação da exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico. Os Ministros recomendaram que a troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades nos três países seria de grande proveito para todos. Reconheceram a importância dos esforços internacionais de combate à fome. Os três países comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.

7. Os Chanceleres enfatizaram a importância, por razões de equidade e de desenvolvimento, de tratar de questões relativas à eliminação de todos os tipos de discriminação racial e de promover a igualdade de gênero e conceder prioridade a uma perspectiva de gênero nas políticas públicas.

8. Os três Chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da 56ª Assembléia Mundial da Saúde, da Convenção para o Controle do Tabaco, e comprometeram-se a envidar esforços para ratificar a Convenção no mais breve prazo possível. Comprometeram-se, ademais, a promover o principal objetivo da Convenção-Quadro - proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências devastadoras do consumo do tabaco e da exposição ao fumo do tabaco.

9. Os Chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles. Ao assinalar que suas sociedades contam com diversas áreas de excelência em ciência e tecnologia e oferecem oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo de largo potencial, destacaram que a adequada combinação de seus melhores recursos gerará desejada sinergia. Entre as áreas científicas e tecnológicas nas quais a cooperação pode ser desenvolvida, incluem-se biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura. Também devem ser exploradas vias de cooperação em matéria de defesa. Os Ministros concordaram em apresentar a seus respectivos governos a proposta de que as autoridades responsáveis pelas pastas de ciência e tecnologia, defesa, transporte e aviação civil, entre outras, também realizem encontros trilaterais, visando ao estabelecimento de projetos de cooperação concretos.

10. Os Ministros destacaram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando o mundo em rápida velocidade e de modo fundamental. Ao mesmo tempo, têm-se processado amplo distanciamento no domínio de tecnologias digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que está afetando negativamente a capacidade dos países em desenvolvimento de extrair os melhores benefícios do processo de globalização. Concordaram em intensificar sua cooperação em tecnologias de comunicação e informação, incluindo os esforços e iniciativas internacionais voltados para estreitar a distância no domínio das tecnologias digitais.

11. Em relação aos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, reconheceram que a Conferência do Rio, e sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de

Monterrey e de Joanesburgo, e o Plano de Implementação da Agenda 21 contém diretrizes fundamentais para orientar a ação de seus Governos e iniciativas de cooperação. Reafirmaram que a Agenda 21 identifica os padrões insustentáveis de consumo e produção como as principais causas da deterioração do meio ambiente global, o que requer a necessária ação conforme o Programa de Implementação de Joanesburgo. Destacaram também sua preocupação com as conseqüências do aquecimento da atmosfera derivado das emissões de gases de efeito estufa e encorajaram os países que têm metas de redução das emissões previstas no Protocolo de Quioto a trabalharem para sua entrada em vigor e plena implementação, bem como instaram a assinar e ratificar o Protocolo os países que ainda não o fizeram.

12. Reiteraram ainda seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e equitativa de benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico, bem com a valorização e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, atribuíram especial significado à negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, como acordado na Cúpula de Joanesburgo. Concordaram, assim, que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica.

13. Ao acolherem positivamente o crescimento econômico, o aumento do emprego e o desenvolvimento social, bem como a correspondente elevação dos padrões de vida em vários países em desenvolvimento como resultado de fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia, os Chanceleres do Brasil, da Índia e da África do Sul expressaram sua preocupação de que amplas parcelas da população mundial não se têm beneficiado da globalização. Concordaram que a globalização deve tornar-se uma força positiva de transformação para todas as pessoas e deve beneficiar o maior número de países. Nesse contexto, afirmaram seu compromisso de implementar políticas, programas e iniciativas em diferentes foros internacionais, para tornar os diversos processos de globalização inclusivos, integrativos, humanos e equitativos.

14. Os Ministros lamentaram que os grandes parceiros comerciais ainda estejam movidos por preocupações protecionistas em setores pouco competitivos de suas economias. Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas e práticas conducentes a distorções do comércio, mediante a melhora das regras do sistema multilateral de comércio. Reiteraram sua expectativa de que as negociações ganhem novo impulso político e de que seja possível superar os impasses em temas de interesse primordial dos países em desenvolvimento antes da V Conferência Ministerial de Cancún. Além disso, Brasil, Índia e África do Sul decidiram articular suas iniciativas de liberalização comercial.

15. Os Chanceleres assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas. Afirmaram a importância de um sistema internacional de comércio previsível, baseado em regras e transparente, a fim de permitir que os países em desenvolvimento maximizem seu desenvolvimento com ganhos oriundos do aumento de exportações de bens e serviços nos quais têm vantagem competitiva.

16. Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais. Concordaram em fortalecer sua cooperação no sentido de tornar a arquitetura financeira internacional receptiva ao desenvolvimento e de aumentar sua eficiência para prevenir e lidar com crises financeiras nacionais e regionais.

17. Reiteraram sua crença em que o sucesso da globalização com equidade requer boa governança, tanto no nível nacional quanto, em particular, no internacional, em reconhecimento ao fato de que, como consequência da globalização, fatores externos tornaram-se críticos na determinação do sucesso ou do fracasso em alcançar o desenvolvimento sustentável.

18. Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de cúpula dos três países. Decidiram também intensificar ainda mais o diálogo em todos os níveis, quando necessário, para organizar encontros de funcionários de alto nível e especialistas responsáveis por questões de interesse mútuo.

19. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. Com vistas a avançar no tratamento das questões e de todos os outros assuntos resultantes das consultas, os Ministros concordaram ainda em estabelecer uma Comissão Mista Trilateral. Os Ministérios das Relações Exteriores dos três países serão os pontos focais da Comissão Mista Trilateral, e os encontros serão co-presididos pelos três Chanceleres. O trabalho de secretaria serão coordenados pelo Secretário responsável por esse tema no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião.

20. Os Ministros decidiram denominar este grupo de "Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul" (IBAS). A convite do Governo indiano, a próxima reunião deverá ocorrer em Nova Delhi, dentro dos próximos doze meses.

Os Ministros da Índia e da África do Sul agradeceram o Chanceler brasileiro pela realização deste primeiro encontro trilateral.

Brasília, 6 de junho de 2003